

## PONTA PORÃ: UM MICROPOLO GEOGRÁFICO DE LIGAÇÃO NA FRONTEIRA BRASILEIRA<sup>1</sup>

## PONTA PORÃ: A GEOGRAPHIC MICROPOLO CONNECTION IN THE BRAZILIAN BORDER

Diego Roberto Lelis Santos<sup>2</sup>

Walter Guedes da Silva<sup>3</sup>

Orlando Moreira Junior<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho procura, inicialmente, compreender as perspectivas da Região e regionalização para a Geografia, bem como seus conceitos e influência através de autores que endossam as discussões, posteriormente, o significado e importância do conceito de Micropolo Geográfico de Ligação. As características dos recortes municipais também são avaliadas para analisar as diferentes regionalizações em Mato Grosso do Sul, nas quais estão inseridas o município de Ponta Porã. Para tanto, utilizamos as leituras das teorias do Lugar Central e da Polarização, com intuito de construir a ideia das ligações em redes e seus espaços hierarquizados. Neste trabalho, utiliza-se dados do governo Federal e Estadual, bem como o levantamento de notas fiscais da cidade de Ponta Porã entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, de valores monetários relativos à compra e venda com relação aos 79 municípios de Mato Grosso do Sul. O contexto no qual a cidade de Ponta Porã está inserida, por ser município de fronteira e polarizador de algumas cidades, remete a análise de uma regionalização para uma microrregião específica.

**Palavras-chave:** Região; regionalização; cidades; fronteira; micropolo.

**Abstract:** This work tries initially, to understand the perspectives of the Region and regionalization for the Geography, as well as his concepts and influence through authors who endorse the discussions, subsequently, the meaning and importance of the concept of Geographical Micropole of Connection. The characteristics of the municipal cutting out also are valued to analyse the different regionalization in Mato Grosso do Sul, in which they are

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisas realizadas junto ao Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território (GEFRONTTER), no âmbito da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande. E-mail: diegolelis@gmail.com.

<sup>3</sup> Possui licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1997), mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2002) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente é professor Adjunto Nível IV e Coordenador do Curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. É coordenador do subprojeto de Geografia da UEMS/CG do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, planejamento e gestão do território e ensino de Geografia. E-mail: guedes@uems.br.

<sup>4</sup> Possui licenciatura em Geografia pela FCT-UNESP (2007), mestrado em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos (2009) e doutorado em Geografia pelo IGCE-UNESP (2014). Atualmente é professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: orlandomoreirajr@uems.br.

inserted the local authority of Ponta Porã city. For so much, we use the reading of the theories of the Central Place and Polarization with intention of building the idea of the connections in nets and his placed in a hierarchy spaces. In this work one uses data of the Federal and State government, as well as the lifting receipt of the Ponta Porã city from January 1st to December 31st of 2013, of monetary values relative to the purchase and sale regarding 79 local authorities of Mato Grosso do Sul. The context in which the Ponta Porã city is inserted, because of being a local authority of frontier and polarizer of some cities, sends the analysis of a regionalization for a specific micro-region.

**Key-words:** Region; regionalization; cities; frontier; micropolo.

## 1 Introdução

O objetivo deste trabalho é estudar o Micropolo Geográfico de Ligação de Ponta Porã na rede de cidades do estado de Mato Grosso do Sul, analisando, para isto, a circulação do comércio de Ponta Porã em relação aos demais municípios do estado. Segundo a estimativa do IBGE de 2013, Mato Grosso do Sul possuía um quadro populacional com mais de 2.619.657 habitantes distribuídos em 79 municípios, mas somente Campo Grande ultrapassava a marca de 500 mil habitantes. O quadro da urbanização estadual registra um pequeno número de cidades consideradas de porte médio<sup>5</sup>, com população entre 50 e 500 mil, e a ampla maioria de municípios com população inferior a 50 mil habitantes.

Por sermos formadores e modeladores dos nossos espaços, apresentamos a ideia de recorte para elucidar a atuação do município, que por sua vez, influencia e é influenciado por outros espaços. Em tempos de globalização, a região independe de sua função e seu tamanho, ela nos mostra como o homem interage com o espaço e como ele é alterado. A interação entre espaços mostra que eles podem ser úteis à outra porção, trazendo a ideia que eles se ligam através das técnicas. (SANTOS, 2008).

O Mato Grosso do Sul possui municípios que têm importante papel na economia do estado, que integram regiões com recortes através do planejamento estatal, como é caso do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR, 2009). Em contrapartida, outros municípios de menor grandeza e menor densidade populacional, desempenham papel de integração de economias regionais, formando os Micropolos Geográficos de Ligação. Dentre eles está o

---

<sup>5</sup> Segundo a autora Spósito *apud* Silva (2013, p. 62), no Brasil há um relativo consenso na classificação das cidades de porte médio, cuja classificação se dá pela demografia.

município de Ponta Porã, além de ser Micropolo fronteiro é cortado pela linha de fronteira seca, possui integração econômica, cultural e apresenta conurbação com a cidade de Pedro Juan Caballero, que significa a união da rede urbana brasileira com a paraguaia.

Ao analisar a base de dados e pesquisas a respeito da Geografia Urbana brasileira, e apesar da significativa presença das cidades médias e pequenas, nota-se a predisposição das pesquisas voltadas às grandes cidades. Há uma gama de fatores que determinam esta propensão de pesquisa, como a complexidade das relações, dinâmica interna, que são os frutos das relações capitalistas como a produção, circulação e o consumo de produtos.

Neste contexto, este trabalho busca uma análise focada na dinâmica de circulação de mercadorias em nível local/regional. Enquanto procedimento metodológico quantitativo, foi realizado o levantamento de notas fiscais da cidade de Ponta Porã, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, com valores monetários relativos à compra e venda, além de fichamentos e textos. A tabulação dos dados possibilitou a regionalização das seguintes maneiras: a primeira foi relativa à quantidade de relacionamentos com Ponta Porã, onde foi utilizado o município de Dourados como referência, por ser aquele que possuiu o maior número de relacionamentos, em um total de 22.286, sendo este valor a referência para a criação de uma categorização de regionalização dividida em três níveis: baixo número de relacionamento por meio do comércio, médio número de relacionamento por meio do comércio e alto número de relacionamento por meio do comércio, com um arredondamento de 8.000 relacionamentos com escalonamento de progressão aritmética de constante 8.000.

A segunda foi relativa às articulações em relação ao valor das transações financeiras com Ponta Porã, onde foi utilizado o município de Dourados como referência, por ser aquele que possuiu o maior valor em 2013, com R\$ 302 milhões, sendo esta a referência para a criação de uma categorização de regionalização de municípios arrolados em três grupos divididos em uma progressão aritmética que vai de R\$ 0,00 a R\$ 300 milhões de reais, com a constante igual a R\$ 50 milhões, denominados com: baixa articulação em relação ao valor das operações, média articulação em relação ao valor das operações e alta articulação em relação ao valor das operações.

## 2 A região e a cidade

Em vista do sistema capitalista, cujo espaço econômico é tendencialmente integrado e articulado, a proposição deste trabalho supõe a definição preliminar do conceito de Região para evitar imprecisões. O termo Região, utilizado como categoria de análise da Geografia, é amplamente discutido e entendido de acordo com diversas perspectivas. Hartshorne é um exemplo de contribuição após estudar La Blache e Sauer, onde dizia que a região seria “um constructo intelectual e que, como tal, poderia variar em sua delimitação de acordo com os objetivos do pesquisador”. (HAESBAERT, 1999, p. 18). Regionalizar é dividir um local com critérios explicitados e que variam diante das intenções explicativas de cada trabalho (GRIGG, 1967, *apud* GOMES, 2000). Esta é uma discussão geográfica, visto que regionalizar é “recortar o espaço”, tanto para nele nos orientarmos quanto para analisá-lo / compreendê-lo”. (HAESBAERT, 2010, p. 23). A regionalização é um processo, o que significa dizer que há uma indissolubilidade de seus sujeitos porque são eles quem produzem o espaço e fazem parte da interação entre si. (HAESBAERT, 2010).

Segundo Rochefort (1960), *apud* Contel (2015, p. 452) os principais instrumentos para a identificação das regiões são “vida de relações” e de “rede urbana”. Isso significa a coesão entre cidades num dado espaço, onde o centro de comando da região seria uma “metrópole regional”.

A Teoria do Lugar Central desenvolvida por Christaller (1961) está relacionada à posição hierárquica do sistema de cidades por conta da disponibilidade e complexidade da oferta de bens e serviços em uma cidade, sendo esta a razão para a “[...] maior posição relativa deste ‘lugar central’ ”. (CONTEL, 2015, p. 451).

Getis & Getis (1966) fazem leitura de Christaller (1961) e denominam “lugares centrais” para as localidades que são centros de regiões, onde pode haver sobreposição de importância que varia de acordo com as funções centrais pela disposição de bens e serviços. Christaller (1961) diz que a região central tem o monopólio no abastecimento em relação à região complementar, porque a relação de custo gerada nesta última a desfavorece. Getis & Getis (1966) descrevem as condições para que o local seja caracterizado como lugar central e o nomeia como paisagem de Christaller (1961). As condições são:

1- Uma imensa planície de solo de uma igual fertilidade em toda parte e uma desigual distribuição de recursos. 2- Uma uniforme distribuição da população e do poder de compra. 3- Uma rede de transportes uniformes em todas as direções, de modo a que todos os lugares centrais de todo tipo sejam igualmente acessíveis. 4- Um alcance constante de qualquer bem central, qualquer que seja o lugar central a partir do qual ele seja oferecido. (GETIS; GETIS, 1966. p. 88).

Ao distinguir diferentes concepções entre região homogênea, dividida em níveis hierárquicos, e região funcional, (GOMES, 2000, p. 64) destaca que na região funcional a cidade ganha maior relevância na dinâmica regional por organizar os demais centros urbanos de menor porte, designada como *hinterlândia*, assim, nela o espaço é admitido com diferenças internas e com diversas relações que dão forma e sentido a um subespaço.

A teoria da Polarização desenvolvida por Perroux (1967) foi uma tentativa de solucionar problemas criados pelos desequilíbrios regionais na França. Os desequilíbrios estão relacionados a atuação das forças de mercado, porque as cidades distantes do centro, chamadas de espaços satélites, possuem uma relação de dependência com o centro e por isso não têm as mesmas características de desenvolvimento, daí constata-se a heterogeneidade. A contextualização teórica da teoria da Polarização se deu no continente europeu, precisamente sobre a concentração industrial francesa e alemã, em torno de Paris e ao longo do Vale da Ruhr, respectivamente.

Ao tratar sobre os polos naturais, Oliveira, *et. al.* (2009) evidencia que polos naturais são aqueles que estão associados basicamente à oferta e demanda, enquanto os polos de desenvolvimento, também chamados de polos planejados, são instrumentos de política governamental. A cidade polo pode constituir a maior concentração populacional, equipamentos e serviços, passando a influenciar o seu entorno, onde cresce também sua mancha urbana. Existe a possibilidade de se ter uma “cidade região” se por meio destes processos encadearem uma conurbação. Os polos planejados tendem a terem mais a atenção de investimentos públicos, boa parte deles estão voltados à infraestruturas e atividades produtivas. (OLIVEIRA; MOREIRA; LIMA, 2009, p. 07).

Em 1999, Corrêa (1999) dirige seus estudos em centros urbanos, nos quais a população não ultrapassa os 50.000 habitantes, afirmando que a centralidade pode se perder relativamente ou absolutamente no processo da globalização, por entender que o campo

recebe novas atribuições. Do ponto de vista da globalização, são formados novos núcleos urbanos em função da divisão do trabalho em lugares que passam a integrar o espaço globalizado. Não é o fim da centralidade, mas sua ampliação gerada pela especialização produtiva que se confere “no âmbito da industrialização do campo”. (CORRÊA, 1999. p. 50).

O autor ainda explica que “há inúmeros exemplos de pequenas cidades que se especializaram produtivamente, reinserindo-se de modo singular na rede urbana globalizada por intermédio de atividades que lhes fornecem identidade funcional”. (CORRÊA, 1999. p. 51). Durante a urbanização no Brasil, a rede urbana promoveu relações de produção, circulação e consumo, diante disso, “por meio da rede urbana e da crescente rede de comunicação a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo-se uma economia mundial”. (CORRÊA, 1989, p. 5).

Para Corrêa (2006 p. 311), a rede urbana significa:

Um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social [...] variando de acordo com combinações de características, como tamanho dos centros, densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede.

O estudo do IBGE (Instituto Brasileiro de geografia Estatística) titulado como Regiões de Influência das Cidades (REGIC), de acordo com a publicação de 2008, demonstra os fluxos entre cidades brasileiras, identifica a hierarquia entre os centros e dimensiona a abrangência de sua polarização, ou seja, privilegia a função de gestão do território como definidora das hierarquias urbanas. Segundo o REGIC (2008):

A introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território, o que indica a oportunidade de atualizar-se o quadro das regiões de influência das cidades. (BRASIL, 2008, p. 8).

No texto “Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as Pequenas Cidades”, Corrêa (1999) analisa a criação de pequenos centros em vista da globalização e os impactos gerados por ela, bem como as diferenças entre regiões e centros urbanos. O autor ainda conclui que:

A elevada ocorrência de pequenos centros, deriva, por um lado, de uma necessária economia de mercado, por mais incipiente que seja, geradora de trocas fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho. De outro, deriva de elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural caracterizado pelo trabalho intensivo. (CORRÊA, 2006, p. 258 – 259).

Com o estudo das características econômicas, demográficas e espaciais de Ponta Porã, este trabalho compreende Ponta Porã como uma cidade pequena por não adequar-se quantitativamente e qualitativamente como uma cidade de “porte médio” ou de uma “cidade média”, diferenciação esta já exposta por Silva (2013). Ao compreender o papel da Geografia, Silva & Moreira Junior (2015, p. 11) expõem que a “cidade cada vez mais possui papel polarizador no território, o que justifica a preocupação com a compreensão da rede urbana e do entendimento das diferentes tipologias de cidades no contexto regional”.

### **3 A cidade como Micropolo Geográfico de Ligação**

Silva & Moreira Junior (2015) destacam que foi a partir da década de 1930 que os estudos regionais ganharam maior relevância através da criação do IBGE, que visava promover, além de estudos, políticas voltadas para o crescimento econômico. Com todas as dificuldades encontradas no âmbito da teoria *versus* práxis, foi notado abjeção no conceito de Região no Brasil por conta de objetivos e políticas que não se concretizaram de maneira eficaz. Por entender que a globalização não significa homogeneização regional, os autores ainda destacam a importância do repensar teórico metodológico da Região, porque “as regionalizações tendem a assumir novas configurações e alcance, pois cada vez mais possui um papel articulador visando estratégias de integração territorial e inserção no mercado globalizado”. (SILVA; MOREIRA JUNIOR, 2015, p. 11).

Por admitir a importância contínua do estudo do papel da Geografia no território e repensar a Região para além do marco institucional, a Geografia Urbana permite a compreensão da cidade com papel polarizador no território. No contexto nacional, as cidades não metropolitanas possuem papel importante na economia, por isso é fundamental a regionalização tratada por Silva & Moreira Junior (2015), pois o “Micropolo Geográfico de

Ligação permite compreender a complexidade das interações presentes em áreas que não possuem expressiva visibilidade em escala nacional”, como é o caso de Ponta Porã. (SILVA; MOREIRA JUNIOR, 2015, p. 12).

As raízes da ocupação Sul do estado de Mato Grosso<sup>6</sup>, teve uma ligação muito forte com a atividade extrativista ervateira, atualmente os produtos primários lideraram as atividades econômicas do estado e não é à toa. Para Lenharo (1985, p. 64), a porção Sul não era de interesse econômico direto, e sim, uma estratégia geopolítica, já que o autor afirma que a Cia Matte Larangeira cumpria o papel de impedir a entrada de posseiros em seus domínios e “a Companhia atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país”.

A Cia Matte Larangeira obteve concessão de explorar os campos ervateiros em 1882, por uma relação entre estado e capital, representados por Generoso Ponce e Thomás Laranjeira. De acordo com Silva (1997, p. 27), Ponce era Senador do Império Brasileiro e via vantagens para a Província mato-grossense no projeto de concessão dos ervais. O Território fazia fronteira seca com o Paraguai, além da integração com os municípios de Dourados, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda, Bonito, Maracaju, Nioaque e a própria cidade de Ponta Porã. Posteriormente, por não estar mais nos planos do Estado Novo, cujo governo pertencia a Getúlio Vargas, foi retirada, em 1943, a concessão da empresa de uma extensa porção dos ervais por meio da criação do Território Federal de Ponta Porã, através do Decreto nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Com isso, segundo Silva (2011b, p. 82), “o governo Vargas desarticulou o poder e a atuação da Cia Matte Larangeira”, que em alguns casos, mantinha relação comercial com a Argentina e “não gerava receitas de exportação de produtos industrializados aos cofres públicos”. (SILVA, 2011b, p. 82). O Território Federal de Ponta Porã foi extinto após três anos e suas terras continuaram pertencentes à União, no entanto, o município já existia desde 1912.

De acordo com o senso do IBGE (2010) a estimativa é que em 2015, no município de Ponta Porã, residam, aproximadamente, 86.717 habitantes em uma área de 5.329 km<sup>2</sup>, além de estar conurbada com a cidade de Pedro Juan Caballero - Paraguai, com quem faz fronteira seca. Segundo a publicação de Oliveira, *et. al.* (2011, p. 82) “entende-se a fronteira, em seu

---

<sup>6</sup> O atual estado de Mato Grosso de Sul foi criado no decorrer da segunda metade do século XX, vindo a existir do dia 01 de janeiro de 1979, data da divisão instituída pela Lei Complementar nº 31, promulgada em 11 de outubro de 1977.

sentido material, como uma região cortada pelos limites político-administrativos dos países, mas também como uma construção social simbólica de limite, que remete à perspectiva simultânea de cruzar ou ser barrado”.

As fronteiras brasileiras, bem com as da América Latina, possuem peculiaridades que merecem atenção, porque cada uma possui um sentido único. Ainda sobre o estudo levantado, nessas regiões “sobressaem-se a composição étnica, o tipo de colonização, a base produtiva, a construção de infraestruturas, entre outros fatores”. (OLIVEIRA, *et. al.* 2011, p. 79).

Ainda ressaltam que “exacerbam-se preconceitos, rivalidades, concorrências desleais, ilicitudes em diversos níveis, ao mesmo tempo em que também ocorrem positivities e relações agradáveis – geralmente silenciosas – de convivência e harmonia”, também foi verificado “carências sociais, exclusão e deterioração ambiental”. (OLIVEIRA, *et. al.* 2011, p. 79 - 80). É inegável a riqueza cultural presente na fronteira, não só os fluxos, mas também a complexidade das relações. Segundo Raffestin (2005, p.10):

A fronteira vai muito mais além do fato geográfico que ela realmente é, pois ela não é só isso. Para compreendê-la, é preciso retornar à expressão “*regere fines*” que significa traçar em linha reta as fronteiras, os limites [...]. Assim uma fronteira não é somente um fato geográfico, mas também é um fato social.

No decorrer do estudo “Dinâmica Urbano-Regional”, as fronteiras de Mato Grosso do Sul estão na região do Arco Central, cujos sistemas produtivos estão majoritariamente ligados às atividades pastoris (pantaneira) e aos latifúndios produtores de soja. Esta última proposição é reforçada, por exemplo, pelo fato das cidades gêmeas de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY) centralizarem o comércio para abastecer o setor agropecuário, reexportando e fornecendo serviços, inserindo-se nas relações capitalistas de produção, circulação e consumo de produtos (OLIVEIRA, *et. al.* 2011, p. 88). Sobre o conceito de cidades gêmeas, assim define o Ministério da Integração Nacional:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem

maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (BRASIL, MINTER, 2014).

A proximidade e convivência entre municípios fronteiriços propicia uma riqueza muito grande na cultura local, principalmente no que se referem ao sotaque, costume e culinária. Esta vivência se dá pelo fato das cidades serem articuladas em redes, reflexo da divisão do trabalho e especialização funcional (CORRÊA, 1989). Toda essa interação demanda políticas públicas específicas, em alguns casos, serviços públicos e equipamentos “são demandados pela população habitante dos dois ou três países fronteiriços, conforme a natureza e a qualidade do bem ou serviço ofertado”. (OLIVEIRA, *et. al.* 2011, p. 91). De acordo com Oliveira (2005), a fronteira é dotada de heterogeneidades onde os fronteiriços “se parecem e criam as condições necessárias para a produção e reprodução de uma localidade específica”. (OLIVEIRA, 2005, p. 380).

A partir dos pressupostos do estudo de Wong-Gozáles, Oliveira (2005) explica a integração *formal* e integração *funcional* a respeito das relações de fronteira estabelecidas cotidianamente, onde a integração formal se respalda, em sua maior parte, na legalidade das relações bilaterais. A integração funcional está relacionada às atividades que não estão ligadas aos acordos jurídicos. Oliveira (2005, p. 383) acrescenta que:

A maioria absoluta das manifestações funcionais é sustentada pelo circuito inferior da economia; trata-se de uma parte da economia pouco moderna “que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie”.

Na fronteira, quando as atividades econômicas e sociais formais estão ausentes ou pouco presentes, há “facilidades” para que se desenvolvam o que o Oliveira (2005) chama de “atividades malévolas”, como o narcotráfico e contrabando, fazendo com que haja ameaça ou violação “a salubridade das conquistas e dos vínculos de integração existentes na fronteira”. (OLIVEIRA, 2005, p. 284).

Para Oliveira (2005, p. 389), a fronteira “é mais porosa e permeável do que outras partes dos territórios nacionais: não podemos considerar que posição destes diferentes tipos de situações sejam estáticas”. Para o autor, a cidade de Ponta Porã é um território de fronteira viva, porque formam uma “conurbação vibrante”, com mais de 120 mil pessoas na região

urbana das duas cidades em complementaridade comercial, herança da exploração da Cia Matte Larangeira que “impôs limites ao avanço indiscriminado de uma parte sobre outra, possibilitando criar uma interação recheada de inter-relações históricas, culturais e sociais, ainda que rivais”. (OLIVEIRA, 2005, p. 404). É através da economia *formal* que se sustenta a relação entre as cidades gêmeas de Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (PY), isso faz com que haja limites à desordem institucional e ao comportamento da população, ainda que exista a prática de ilegalidades.

No levantamento de hierarquia urbana do REGIC (IBGE, 2008), que estuda somente as cidades brasileiras, o município de Campo Grande, por ser a capital do estado de Mato Grosso do Sul, é classificado como “Capital Regional” e maior articulador do estado. O município de Dourados é considerado como maior articulador da região Sul e classificado como “Capital Regional C”, fazendo maior interação com os municípios de Amambai, Mundo Novo, Naviraí e Ponta Porã. No caso específico do objeto de estudo deste trabalho, o IBGE classifica Ponta Porã como “Centro de Zona A”, que é um nível formado por cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares com médias de 49 relacionamentos, como está registrado na figura 1.

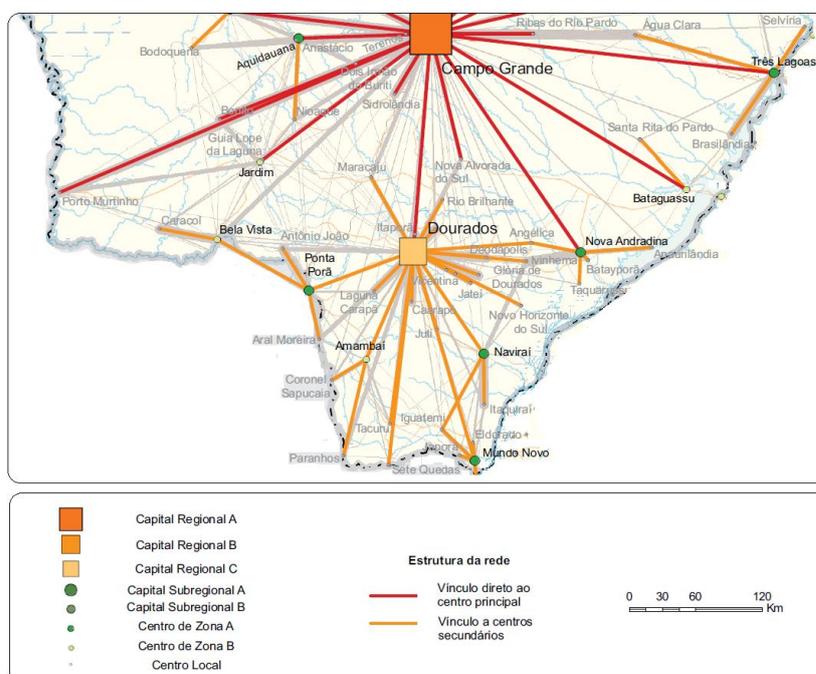


Figura 1: Mapa do Regic no Sul do estado do Mato Grosso do Sul (2007).  
Fonte: BRASIL, 2008.

A região de influência de Ponta Porã é composta por Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista e Caracol. Porém, a espacialização da rede urbana apresentada pelo IBGE, é um quadro geral que precisa ser analisado caso a caso, especialmente quando se trata de um estado recente, que possui especificidades na economia e no processo de urbanização.

O município de Ponta Porã possui inter-relações através dos valores da circulação de fluxos de capital, serviços e pessoas, que atingem tanto a escala local e regional quanto a internacional. Para dispor de uma rica base de dados, este trabalho analisou elementos da dinâmica econômica passíveis de serem identificados pelos fluxos de entrada e saída de valores monetários do município de Ponta Porã, em relação aos demais municípios do estado, no ano de 2013, demonstrando a interação econômica intraurbana e interurbana. A partir da base de dados, constata-se a centralidade urbano-regional de uma cidade polo que é materializada nas relações econômicas, o que ressalta o sentido de Micropolo Geográfico de Ligação.

O município de Ponta Porã está presente em três distintas regionalizações, com diferentes propostas de agrupamento de municípios que constituem posição polarizadora. Entre eles, com posição central na Divisão Política do Desenvolvimento Regional (figura 2), podemos citar o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE/MS, 2011, p. 56), que destaca Ponta Porã na Região Sul-Fronteira que se agrupa com mais 14 municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru.





Após a tabulação dos dados, o município de Dourados se destacou como aquele que possuiu o maior número de relacionamentos com Ponta Porã, em um total de 22.286 relacionamentos por meio do comércio, sendo este valor a referência para a criação de uma categorização de regionalização dividida em três níveis: Nível 03 – Baixo número de relacionamento por meio do comércio; de Nível 02 – Médio número de relacionamento por meio do comércio; de Nível 01 – Alto número de relacionamento por meio do comércio. Os três grupos foram divididos a partir da divisão do município que obteve o número máximo de relacionamento, neste caso, Dourados com 22.286. Esse valor foi dividido por 3, que deu um valor que foi arredondado para 8.000 relacionamentos com escalonamento de progressão aritmética de constante 8.000.

Nível 03 – Baixo número de relacionamento por meio do comércio - de 0 a 8.000. Entre os 20 primeiros municípios estão: Coronel Sapucaia, Naviraí, Caarapó, Sete Quedas, Rio Brilhante, Porto Murtinho, Sidrolândia, Nova Andradina, Corumbá, Paranhos, Três Lagoas, Nova Alvorada do Sul, Itaquiraí, Tacuru, Fátima do Sul, São Gabriel do Oeste, Eldorado, Nioaque, Itaporã, Água Clara. Dos 72 municípios que apresentam baixo grau de relacionamentos, nenhum é circunvizinho de Ponta Porã e há uma peculiaridade em 08 deles, porque aparecem na divisão política do desenvolvimento regional do ZEE/MS, que são: Coronel Sapucaia, Naviraí, Sete Quedas, Rio Brilhante, Paranhos, Itaquiraí, Tacuru e Eldorado. Apesar do baixo relacionamento por meio do comércio entre Ponta Porã e Rio Brilhante, o valor gerado entre eles ficou superior a R\$ 138 milhões de reais em 2013.

Nível 02 – Médio número de relacionamento por meio do comércio - de 8.001 a 16.000. São eles: Laguna Carapã, Bela Vista e Maracaju. No médio grau de relacionamentos de Ponta Porã, os três municípios são circunvizinhos, mas Maracaju não se faz presente na regionalização de nenhuma das duas apresentadas anteriormente, que são do ZEE/MS e PDR. A cidade de Maracaju está no raio de influência do município de Dourados de acordo com o Regic (2008), mas a hipótese que pode aproximá-la de Ponta Porã é o fato da economia da cidade de Maracaju estar ligada fortemente com o agronegócio, onde o IBGE (2012) apontou cerca de 32%, que significa R\$ 418 milhões de reais do seu PIB anual advindo da agropecuária.

Nível 01 – Alto número de relacionamento por meio do comércio – acima de 16.001. São eles: Dourados, Amambai, Campo Grande, Aral Moreira e Antônio João. Entre os cinco municípios caracterizados com alto relacionamento por meio do comércio com Ponta Porã (figura 4), as cidades de Amambai, Antônio João e Aral Moreira aparecem nas regionalizações apresentadas anteriormente, neste sentido, o destaque são os municípios de Campo Grande e Dourados, que não são municípios vizinhos de Ponta Porã mas apresentaram um alto número de relacionamento por meio do comércio no ano de 2013.

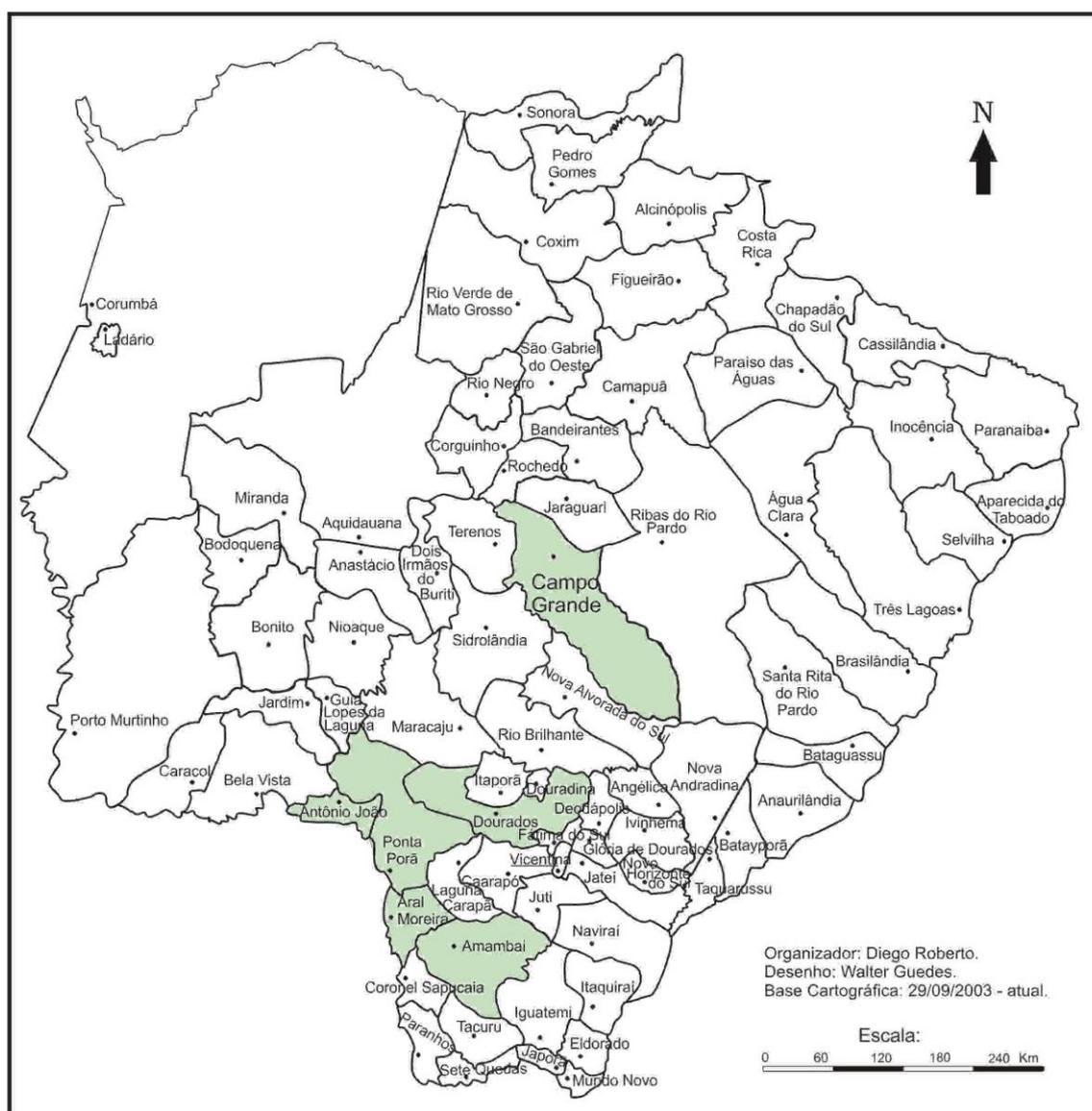


Figura 4: Região de alto número de relacionamentos em relação ao número de operações financeiras (2013).

Em relação ao levantamento do PIB em 2012, que significa a soma do Produto Interno Bruto em valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado local, realizado pelo IBGE em (2014), Dourados com R\$ 4.940 bilhões e Campo Grande com R\$ 16.970 bilhões de reais, são os maiores destaques do estado. O município de Antônio João foi aquele que teve o maior decréscimo do PIB em 2012 em relação a 2011, passando de R\$ 219.798 milhões em 2011, para R\$ 200.393 milhões em 2012, ou seja, uma queda de 8,8 %. O município de Antônio João possui grande parte do seu PIB vinculado aos serviços, como mostrou o levantamento do IBGE (2014), com 61,4%, enquanto o montante gerado pelo agronegócio é de 13,5% e a atividade secundária apresenta uma menor expressão, com cerca de 5,8%.

Ao contrário de Antônio João, o município de Aral Moreira tinha a agropecuária como atividade pujante, cerca de 38,3% do seu PIB, próximo dos 44,3% dos serviços. Observa-se que em valores monetários, os municípios de Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Campo Grande e Dourados, comercializaram com o polo Ponta Porã um total de R\$ 272.237.588,82 em compras, representando um total 19,9% se comparar com o total do seu PIB em 2012. O município de Amambai possuía em 2012, o PIB estimado em um pouco mais de R\$ 472 milhões de reais, quase um terço do valor apresentado em Ponta Porã no mesmo ano.

Na contribuição acerca do Micropolo Geográfico de Ligação, Silva e Moreira Junior (2015) citam Haesbaert (2010) com o foco na região, destacando que numa região pode haver “buracos” internos, estabelecendo uma descontinuidade de “áreas ‘dentro’ da região que não se caracterizam pelos mecanismos/aspectos que fazem parte dos critérios da definição regional”. (HAESBAERT, 2010 *apud* SILVA; MOREIRA JÚNIOR, 2015, p. 5-6).

Haesbaert (2010) cita que as regiões “são muito mais bem identificadas pela análise de interconexões do que das oposições ou contrastes”, neste sentido, sobressaem os interesses pelas conexões “inter-regionais”. O autor ainda afirma que “a região, assim, num sentido bastante genérico, se torna mais porosa, instável, não possui limites claros e é dotada de grande variabilidade interna”. (HAESBAERT, 2010, p. 84).

Em mais uma regionalização, temos o município de Ponta Porã relacionado com outros 07 municípios, dessa vez, descrita com altas articulações em relação ao valor monetário das operações no ano de 2013, em um agrupamento quantitativo que se dá somente

pelos valores em questão, independente do número de relacionamentos ocorridos, ou seja, aqui foram somados os valores das notas fiscais para a definição de um novo critério regionalizador.

A metodologia de recorte foi referenciada pela cidade de Dourados por ser aquela cujos valores apontaram as maiores transações financeiras com Ponta Porã em 2013, que chegou há pouco mais de R\$ 300 milhões. Esses municípios estão arrolados em três grupos divididos em uma progressão aritmética que vai de R\$ 0,00 a R\$ 300 milhões de reais, com a constante igual a R\$ 50 milhões. Nível 03 - entre os 20 primeiros municípios estão – de R\$ 0,00 até R\$ 50 milhões: Ladário, Chapadão do Sul, Nova Alvorada do Sul, Itaporã, Costa Rica, Água Clara, Nova Andradina, Naviraí, Porto Murtinho, Itaquiraí, Bataiporã, Coronel Sapucaia, Sonora, Paranhos, Corumbá, Nioaque, Tacuru, Rio Verde de Mato Grosso, Sete Quedas e Três Lagoas. Nível 02 – acima de R\$ 50 milhões até R\$ 100 milhões: Bela Vista, Campo Grande, Sidrolândia, Amambai e Caarapó. Nível 01 – Acima de R\$ 100 milhões: Dourados, Maracaju, Aral Moreira, Laguna Carapã, Rio Brilhante, Antônio João e São Gabriel do Oeste. Entre os sete municípios com as transações financeiras que ultrapassaram R\$ 100 milhões de reais em 2013, Rio Brilhante e São Gabriel do Oeste não são circunvizinhos de Ponta Porã, como pode ser observado na figura 5.

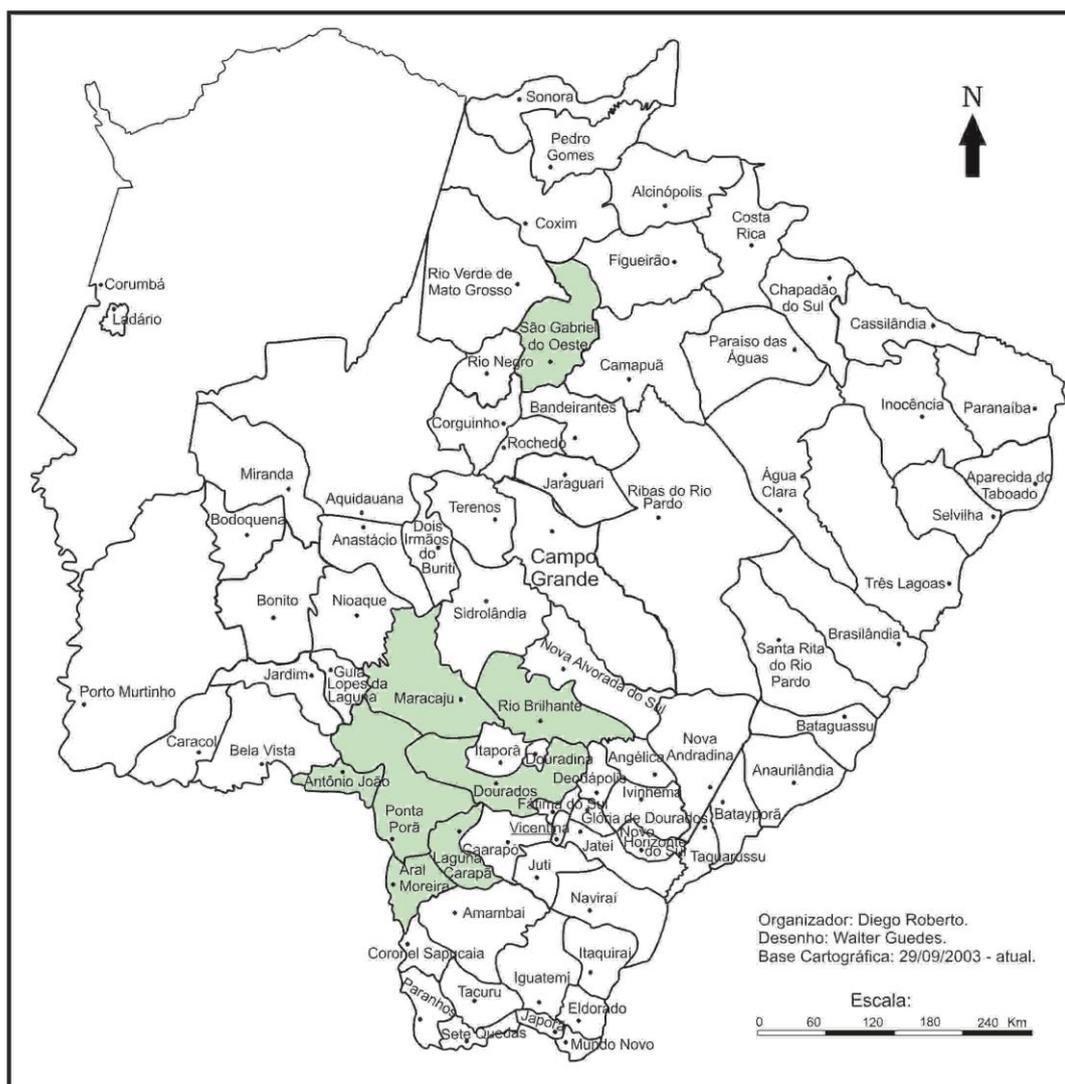


Figura 5: Municípios com altas articulações em relação ao valor das operações (2013).

Com o mesmo critério de divisão em três grandes grupos pelo valor monetário total das transações do comércio em 2013, a relação de Ponta Porã com os 79 municípios de Mato Grosso do Sul mostra a diversidade e complexidade estabelecidas por nexos econômicos e territoriais. É possível observar articulações tanto com municípios que não são circunvizinhos, quanto com municípios que distam de 100 a 300 km, como é caso de Rio Brillante e São Gabriel do Oeste. A cidade de Rio Brillante é inserida na economia fortemente com o agronegócio, como mostra o levantamento do IBGE (2014), a cidade apresentou, em 2012, um valor adicionado bruto da agropecuária de R\$ 367.710.000,00 reais, que correspondeu a 34,4 % do PIB municipal anual. A cidade de São Gabriel do Oeste apresentou a mesma

característica da economia, com percentual de 27% do seu PIB municipal advindo da agropecuária, num valor de R\$ 235.300.000,00 de reais.

Por meio dessa regionalização, que teve como base os valores transacionados entre Ponta Porã com os demais municípios de Mato Grosso do Sul por meio de notas fiscais, e não apenas o número de operações, foi possível identificar os “buracos” e as interconexões de Ponta Porã com os demais municípios do estado. Ao citar a cidade de Ponta Porã, juntamente com Pedro Juan Caballero (PY), Oliveira, *et. al.* (2011) apresentam importante contribuição à compreensão das relações econômicas de Ponta Porã com os municípios de Rio Brillhante e São Gabriel do Oeste, calcada na hipótese de que isto ocorre “[...] especialmente pelo fato de estas cidades centralizarem um comércio de abastecimento para o setor agropecuário”. (OLIVEIRA, *et. al.*, 2011, p. 88).

Segundo o IBGE (2008), a cidade de Dourados, que é “Capital Regional C”, possui nível hierárquico maior que Ponta Porã. Sendo um polo regional no Sul do estado, Dourados tende a transacionar em valores expressivos, bem como o número de relacionamentos. De acordo com Silva (2011a), “[...] a cidade de Dourados concentra, além da agroindústria, o principal centro de serviços, ensino superior e prestação de serviços médico-hospitalar” na porção meridional de Mato Grosso do Sul, representando um polo centralizador a partir do qual se desenha uma ampla região de influência.

A amplitude da região de influência de Dourados é expressiva, abrangendo porção territorial significativa do estado de Mato Grosso do Sul. Uma explicação para isto é a ausência de outras cidades de porte médio que desempenhassem papéis intermediários na rede urbana. De tal modo, no estado, é possível verificar um conjunto de cidades pequenas que possuem importante nó na rede urbana estadual, formando os chamado Micropolo Geográfico de Ligação.

O caso de Ponta Porã talvez seja um dos mais emblemáticos no estado. Com população de pouco mais de 85 mil habitantes, é um desafio defini-la como cidade intermediária ou como cidade pequena. Sua importância regional é evidente, como revelou os processos de regionalização analisados neste trabalho e os relacionamentos econômicos estabelecidos com os demais municípios do estado, o que ajuda a pensá-la como um micropolo geográfico de ligação.

Nas análises decorridas, é notável como foram mais recorrente as relações de Ponta Porã com alguns municípios: Amambai, Antônio João, Aral Moreira e Laguna Carapã. Dentre eles, somente Amambai não é circunvizinho. O município de Amambai que possui na agropecuária uma das principais fontes de renda, cerca de 21% do seu PIB em 2012, conforme o levantamento feito pelo IBGE (2014), obteve o número de 20 mil relacionamentos por meio do comércio com Ponta Porã, e apesar disto, não são circunvizinhos. No levantamento do Regic, realizado pelo IBGE (2008), apontou a cidade de Amambai como “Centro de Zona B”, com influência e hierarquia superior sobre os municípios de Coronel Sapucaia e Paranhos, mas sem citar conexão com a cidade com Ponta Porã. Todavia, empiricamente, é possível verificar que existem interações entre os dois municípios. Há um alto número de relacionamentos por meio do comércio entre Ponta Porã e Amambai num valor superior aos R\$ 74 milhões de reais.

Valendo-se da análise das regiões onde Ponta Porã se faz presente como um polo e os dados apresentados na região de cidades de alto número de relacionamentos em relação ao número de operações financeiras, e também na região de altas articulações em relação ao valor dessas operações, figuras 04 e 05, temos Ponta Porã como Micropolo Geográfico de Ligação, num contexto regional composto pelos municípios de Aral Moreira, Antônio João, Amambai, Laguna Carapã e São Gabriel do Oeste.

Poder-se-ia, ainda, incluir o município paraguaio de Pedro Juan Caballero nessa composição regional, uma vez que a conurbação de fronteira, além de ser um processo geográfico, é importante elemento de ligação e articulação territorial. O número de relacionamentos entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero é difícil de ser mensurado, especialmente pela informalidade que marca a economia urbana de ambas, mas o fluxo de capital, mercadorias e pessoas é intenso e constante.

De tal modo, a figura 6 traz um esboço de Ponta Porã como Micropolo Geográfico de Ligação, definindo sua área de abrangência no estado de Mato Grosso do Sul, bem como com o país vizinho.



Com diferentes critérios regionalizadores, Ponta Porã se destaca como município de fronteira que recebe fluxos de pessoas e capitais de outros municípios e estados, compondo a sua territorialidade e articulando parte das relações do Brasil com o Paraguai. Ao visualizar as regionalizações expostas anteriormente, que são do PDR (2009), ZEE/MS (2011) e REGIC (2008), nota-se a forte articulação de Ponta Porã com municípios. Esta relação também está presente na base de dados dos valores monetários e número de relacionamentos por meio de notas fiscais, porém, ao analisar os relacionamentos via comércio, fica claro que eles não têm um padrão de repetição de municípios definidos pelas outras regionalizações.

Além de critérios específicos adotados em cada um deles, este trabalho trás uma nova proposta de regionalização, por entender que há uma heterogeneidade de relações entre Ponta Porã e os demais municípios de Mato Grosso do Sul, onde os fluxos de pessoas e capitais agem interconexos e dotados de porosidades, visto nos recortes específicos das figuras 04 e 05. Este trabalho levanta novas possibilidades de estudos regionais para compreender, por meio dos critérios regionalizadores, como o número de relacionamentos, os níveis de interconexões entre os municípios e as atividades econômicas que estão pautando as relações entre eles, forjam determinados recortes geográficos, vale lembrar que o número de relacionamentos e seus valores é apenas uma proposta de regionalização, e que muitos outros podem ser utilizados.

## Referências

BRASIL. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Regional – PDR/MS 2030**. Campo Grande: SEMAC, 2009.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Produto interno Bruto dos Municípios 2011**. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Produto interno Bruto dos Municípios 2012**. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. MINTER – Ministério da Integração Nacional. **Portaria 125, de 21 de março de 2014**. Brasília, publicado no Diário Oficial da União n. 56, de 24 de março de 2014. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais.

CONTEL, Fabio Betioli. Os conceitos de região e regionalização: aspectos de sua evolução e possíveis usos para a regionalização. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 447-460, 2015.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 43 – 51, 1999.

GETIS, Arthur; GETIS, Judith. **Christaller's Central Place Theory**. UFRÁSIO, Mario Antônio. (trad.) *The Journal of Geography*. v. 65, n. 5, p. 220-226, 1966.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L.(org). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2000, p. 49-76.

HAESBAERT, R C. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói, v. 1, n. 1, 1999.

HAESBAERT, R. **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Unicamp, 1985.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Zoneamento Ecológico Econômico de Mato Grosso do Sul (ZEEMS)**. Campo Grande – MS. 2009.

OLIVEIRA, A. A.; MOREIRA, A. R. C. F; LIMA, E. F. **Políticas de desenvolvimento e desigualdades regionais no Brasil**. Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

OLIVEIRA, T. C. M. de; HIGA, T. C. C. de S.; PAIXÃO, R. O.; MOURA, R; CARDOSO, N. A. Cidades de fronteiras e a rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M; FURTADO, B. A. (org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

OLIVEIRA, T. C. M. de. Tipologia das relações fronteiriças: Elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. de. (org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Ed. UFMS. Campo Grande, 2005, p. 377 - 408.

RAFFESTIN, C. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, T C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 09-15.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, A. L. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geoiंगा - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 5, n. 1, p. 58-76, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/19983/11588>> Acesso em: 10/11/2015.

SILVA, Jovam Vilela da. Um truste encravado no sul de Mato Grosso (1882 a 1950). A multiface da empresa Mate Laranjeira. **Revista Coletâneas de Nosso Tempo**. Cuiabá, ano 1, n. 1, 1997.

SILVA, V. F. **Os papéis de Dourados – MS no contexto regional: apontamentos para análise de uma cidade média**. 2011a, 166f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

SILVA, Walter Guedes da. **Processo de integração produtiva da região de Dourados à economia nacional**. 2011b, 204f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 2011.

SILVA, Walter Guedes da; MOREIRA JUNIOR, Orlando. A região como categoria para o planejamento estatal: entre velhas e novas possibilidades. In: ABRITA, M. B.; *et. al.* (Orgs.). **Economia Brasileira: desafios macroeconômicos e regionais**. São Paulo: Paco, 2015 (no prelo).

*Recebido em 20 de outubro de 2015.  
Aceito em 1 de novembro de 2015.*